LÍNGUA PORTUGUESA

Felicidade não é o único critério para uma vida boa, mostra pesquisa

[...]

Jorge Marin, colaboração para a CNN Brasil

[...] Mas será que sentir-se feliz, momento a momento, é o mesmo que viver uma vida boa?

O psicólogo Joel Wong, da Indiana University, nos EUA, diz que não. Para ele, é perfeitamente possível "sentir-se feliz e, ainda assim, meio perdido — bem como é possível atravessar um luto com um forte senso de propósito". Em um artigo recente para a plataforma Psychology Today, ele explora a diferença entre felicidade e significado, ou seja, embora felicidade e sentido sejam ambos aspectos de uma vida boa, podem levar a resultados diferentes. No fundo, Wong quer desmontar a ideia muito difundida hoje de que "sentir-se feliz" é o critério principal de uma vida boa — e recolocar o sentido como eixo central.

Para entender por que essa equivalência não se sustenta, Wong começou pelo conceito mais imediato dos dois: a felicidade. Para ele, pessoas felizes tendem a vivenciar mais emoções agradáveis do que desagradáveis e relatam satisfação geral com a própria vida.

Já o sentido de vida opera em outro registro. Para defini-lo, Wong recorre a um artigo teórico dos psicólogos Login George e Crystal Park, de 2016. [...] a vida parece coerente, ou seja, faz sentido internamente; aponta para um propósito e importa para além de si mesma.

[...]

Na prática, o que puxa felicidade não é o mesmo que puxa sentido — e, às vezes, o que reduz um pode fortalecer o outro. Enquanto o sentido está associado a ajudar pessoas, a felicidade aparece ligada ao autocuidado. Quem enfrenta mais dificuldades tende a ser menos feliz, mas relata mais sentido de vida.

Para ilustrar esse ponto, Wong recorre a uma experiência pessoal: ao saber do diagnóstico grave do pai, viajou a Singapura e passou a véspera de Natal ao lado dele, no hospital. Claramente, não foi um período feliz, escreve o autor — mas foi, segundo ele, um dos mais significativos da sua vida.

Tratar a felicidade como o único objetivo da vida humana talvez seja simplificar demais o que significa viver bem. Para Wong, "viver de acordo com os próprios valores, buscar o que realmente importa e se dedicar a algo maior do que o conforto talvez seja uma das coisas mais profundamente humanas da experiência de estar vivo".

Adaptado de *In* https://www.cnnbrasil.com.br/comportamento/felicidade-nao-e-o-unico-criterio-para-uma-vida-boa-mostra-pesquisa. Acesso em 21 ago. 2026.

01. Assinale o trecho em que o pronome oblíquo átono sublinhado **NÃO** pode ser deslocado, haja vista as regras da sintaxe de colocação.

(A) "**Para defini-lo**" (l. 11).
(B) "**Mas será que sentir-se feliz**" (l. 1).
(C) "**essa equivalência não se sustenta**" (l. 8).
(D) "**e se dedicar a algo maior do que o conforto**" (l. 22 e 23).

02. Na oração "**a vida parece coerente**" (l. 12), o verbo parecer é predicativo. Em qual dos trechos seguintes, o verbo destacado apresenta a mesma regência?

(A) "**mas foi, segundo ele, um dos mais significativos da sua vida**" (l. 20).
(B) "**ele explora a diferença entre felicidade e significado**" (l. 4 e 5).
(C) "**Já o sentido de vida opera em outro registro**" (l. 11).
(D) "**Wong recorre a uma experiência pessoal**" (l. 18).

03. No tocante à acentuação gráfica das palavras constantes do título do texto, qual é a afirmativa **CORRETA**?

(A) A palavra "**critério**" é acentuada por ser uma paroxítona terminada em ditongo crescente.
(B) Os vocábulos "**único**" e "**critério**" são acentuados em virtude da mesma regra.
(C) A forma verbal "**é**" se acentua, porque se trata de um monossílabo átono.
(D) O adjetivo "**único**" apresenta acento agudo por ser paroxítono.

04. Nesse texto, as aspas foram empregadas com o objetivo de:

(A) salientar o valor significativo de uma expressão ou palavra em um texto.
(B) indicar o uso irônico de um termo ou de uma sentença em um contexto mais amplo.
(C) destacar expressões ou palavras que, em geral, são estranhas à linguagem do escritor.
(D) distinguir uma citação direta do resto do texto, colocando-as no seu início e no seu final.

05. Em "**Tratar a felicidade como o único objetivo da vida humana talvez seja simplificar demais o que significa viver bem**" (l. 21 e 22), os advérbios grifados nesse fragmento textual expressam, respectivamente, as seguintes circunstâncias:

(A) causa, quantidade e fim.
(B) afirmação, lugar e tempo.
(C) ordem, exclusão e negação.
(D) dúvida, intensidade e modo.

06. Para Joel Wong, a sensação de vivenciar a felicidade **NÃO** implica:

(A) um sentimento de desorientação.
(B) uma situação constante de bem-estar.
(C) a necessidade de haver significado para viver.
(D) objetivos, projetos, apesar de experiências negativas.

07. Com sustentação unicamente no texto, analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa cujo conteúdo é **VERDADEIRO**.

(A) A felicidade deve ser considerada como uma meta básica para o conceito de viver bem.
(B) Os traços de personalidade fazem parte da construção da felicidade e do sentido de viver.
(C) O sentido de viver vincula-se ao altruísmo, enquanto a felicidade associa-se à autopreservação.
(D) A felicidade e o sentido de viver constituem elementos proporcionais entre si e interdependentes.

08. Para Joel, o fato de experienciar a própria existência independe de:

(A) existir com base em seus valores.
(B) visar àquilo que é relevante de fato.
(C) simplificar o ato de existir, viver bem.
(D) visar a algo transcendente ao bem-estar.

09. O objetivo básico do psicólogo Joel Wong é:

(A) provar que as experiências negativas são diretamente proporcionais às vivências positivas com relação ao autoconceito de estar ou ser feliz.
(B) descontruir a ideia de que a sensação de felicidade representa o critério primordial de uma existência conforme o seu próprio bem-estar.
(C) desmitificar a concepção de que o sentido de viver equivale à superação da felicidade como elemento constituinte de uma vida plena.
(D) expor que a felicidade está direta e intimamente relacionada ao sentido de vida, à busca de coerência externa, aos propósitos vitais.

10. Considerando os princípios do emprego dos elementos coesivos, o termo "**uma experiência pessoal**" (l. 18) antecipa qual elemento?

(A) A viagem a Singapura.
(B) A passagem do Natal num hospital.
(C) O diagnóstico da grave doença do pai.
(D) A doença do pai e a estada com ele num hospital no Natal.

MARCO REGULATÓRIO, ORGANIZAÇÃO E LEGISLAÇÃO DO SUS

11. De acordo com o art. 30 da Lei nº 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), constituem condições para os repasses de recursos da Assistência Social:

(A) a existência do Conselho e do Fundo de Assistência Social, independentemente da instituição do Plano de Assistência Social.
(B) a efetiva instituição e funcionamento do Conselho, do Fundo e do Plano de Assistência Social.
(C) a existência de recursos próprios alocados no Fundo de Assistência Social, independentemente da instituição do Conselho e do Plano.
(D) a elaboração do Plano de Assistência Social, exclusivamente, como instrumento de planejamento da Política de Assistência Social.

12. De acordo com a Portaria MDS nº 1.199/2026, a partir de 1º de julho de 2027, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A atualização cadastral de famílias unipessoais beneficiárias do PBF e a inclusão ou a atualização cadastral de requerentes ou beneficiários do BPC deverão ser realizadas no domicílio, ressalvadas as exceções previstas nas instruções normativas da SGICAD/MDS.
(B) Toda família beneficiária do Programa Bolsa Família deverá realizar sua atualização cadastral obrigatoriamente no domicílio, independentemente de sua composição familiar.
(C) A entrevista domiciliar obrigatória para o BPC será exigida exclusivamente para famílias unipessoais beneficiárias do benefício.
(D) A atualização cadastral no domicílio será obrigatória apenas para famílias unipessoais beneficiárias do PBF, não se aplicando aos requerentes ou aos beneficiários do BPC.

13. A Resolução CNAS nº 213, de 28 de outubro de 2025, estabelece parâmetros orientadores para a provisão dos benefícios eventuais no âmbito do SUAS. Analise as afirmativas abaixo, escrevendo **V** para a assertiva **VERDADEIRA** e **F** para a assertiva **FALSA** e, em seguida, assinale a alternativa **CORRETA**.

I. ( ) O acompanhamento familiar ou a vinculação a serviço socioassistencial ou a outra política pública pode ser estabelecido como condição para o acesso ao benefício eventual, desde que essa exigência esteja prevista na regulamentação local.
II. ( ) A exigência de cadastramento prévio no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) do Governo Federal não constitui critério para a concessão de benefícios eventuais.
III. ( ) A ausência de documentação de identificação nacional de pessoas migrantes, refugiadas ou apátridas constitui impedimento para a concessão de benefício eventual até a regularização da situação documental.
IV. ( ) A provisão de benefício eventual em situações de emergência deve ser efetivada para indivíduos, famílias e grupos, independentemente da existência de Plano de Contingência local ou da decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelo ente federativo.

Está **CORRETA**, de cima para baixo, a seguinte sequência:

(A) V – F – V – F
(B) F – V – F – V
(C) F – V – V – F
(D) V – V – F – F

14. À luz da Lei nº 8.742/1993 – LOAS e da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, assinale a alternativa **CORRETA** sobre a organização da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial.

(A) A presença de vulnerabilidade social caracteriza situação de violação de direitos e determina, necessariamente, a oferta pela Proteção Social Especial.
(B) A Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial possuem finalidades distintas, mas ambas atuam prioritariamente na prevenção de violações e no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.
(C) A Proteção Social Básica incide sobre vulnerabilidades, enquanto a Proteção Social Especial atende situações de risco pessoal e social decorrentes de violações de direitos conforme sua natureza e sua complexidade.
(D) A existência de violação de direitos determina a oferta pela Proteção Social Especial de Média Complexidade, independentemente da preservação dos vínculos familiares e comunitários.

15. Segundo a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS – PNEP/SUAS, a interdisciplinaridade caracteriza-se por:

(A) reconhecimento dos saberes específicos, com hierarquização conforme a formação acadêmica dos profissionais.
(B) reconhecimento dos saberes específicos, sua complementaridade e construção coletiva de saberes e práticas.
(C) substituição dos conhecimentos específicos por um conhecimento comum entre as diferentes áreas profissionais.
(D) participação de diferentes profissionais em uma mesma atividade, mantendo análises e intervenções independentes.

16. Segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, constituem aquisições do SCFV:

(A) experiências que fortaleçam vínculos, participação e desenvolvimento da autonomia dos usuários.
(B) inserção direta no mercado de trabalho e ampliação da renda familiar dos usuários.
(C) concessão de benefícios socioassistenciais e acesso a transferências de renda pelos usuários.
(D) acompanhamento individual especializado de situações de violação de direitos dos usuários.

17. Segundo a NOB-RH/SUAS e a Resolução CNAS nº 17/2011 sobre a composição das equipes do CRAS, é **CORRETO** afirmar que:

(A) a equipe de referência da Proteção Social Básica deve ser composta exclusivamente por assistentes sociais e psicólogos.
(B) outras categorias profissionais podem integrar a equipe, preservada a composição obrigatória e consideradas as especificidades dos serviços, do território e as necessidades dos usuários.
(C) qualquer categoria profissional pode substituir assistente social ou psicólogo na equipe de referência, desde que tenha experiência no SUAS.
(D) a composição da equipe pode ser definida exclusivamente pela disponibilidade orçamentária, independentemente das características do território e dos serviços ofertados.

18. Segundo a LOAS e a NOB/SUAS, as informações produzidas pela Vigilância Socioassistencial devem:

(A) registrar os atendimentos realizados, sem interferir nos processos de planejamento da Política de Assistência Social.
(B) subsidiar a análise da relação entre demandas, vulnerabilidades, riscos e oferta da rede, contribuindo para o diagnóstico socioterritorial, o planejamento, o monitoramento e a avaliação da política.
(C) determinar diretamente a criação de novos equipamentos quando identificada insuficiência de cobertura da rede socioassistencial.
(D) ser encaminhadas prioritariamente à União, responsável pela definição da organização territorial da rede municipal.

19. Segundo as Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, no Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora,

(A) cada família acolhedora deve receber apenas uma criança ou adolescente, sem exceções previstas para grupos de irmãos.
(B) a família acolhedora pode receber grupo de irmãos mediante avaliação técnica e existência de condições adequadas para o acolhimento.
(C) o acolhimento de mais de uma criança na mesma família caracteriza automaticamente modalidade de acolhimento institucional.
(D) a manutenção dos irmãos na mesma família acolhedora dispensa avaliação técnica e demais condições para o acolhimento.

20. Sobre a atuação do SUAS diante de demandas que envolvem diferentes serviços e políticas públicas, analise as afirmativas e, em seguida, assinale a alternativa **CORRETA**.

I. A análise da situação deve articular as diferentes demandas, evitando a fragmentação que comprometa a compreensão da desproteção vivenciada pela família.
II. O encaminhamento para outra política pública transfere integralmente a responsabilidade pela família ao serviço destinatário, dispensando a continuidade da atuação socioassistencial.
III. A articulação em rede pressupõe atuação coordenada entre serviços socioassistenciais e outras políticas públicas, respeitadas as competências de cada área.
IV. A existência de demandas de outras políticas públicas limita a atuação socioassistencial aos encaminhamentos, sem possibilidade de estratégias próprias de acompanhamento.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

(A) apenas I e II são verdadeiras.
(B) apenas I e III são verdadeiras.
(C) apenas II e IV são verdadeiras.
(D) apenas I, III e IV são verdadeiras.

LEGISLAÇÃO SOCIAL, DIREITOS E ATUAÇÃO NO SUAS

21. Segundo o Estatuto da Pessoa Idosa, diante de situação de ameaça ou violação de direitos,

(A) a negligência autoriza, por si só, a institucionalização definitiva da pessoa idosa.
(B) a necessidade de auxílio de terceiros reduz a autonomia da pessoa idosa para decidir sobre sua própria vida.
(C) a pessoa idosa mantém os direitos à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária, considerando-se as circunstâncias da situação.
(D) a vulnerabilidade permite aos familiares substituir automaticamente a vontade da pessoa idosa nas decisões sobre sua vida.

22. Segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, é **CORRETO** afirmar que:

(A) a deficiência implica incapacidade civil para os atos da vida cotidiana.
(B) a necessidade de apoio permite à família substituir automaticamente a vontade da pessoa com deficiência.
(C) a conveniência administrativa permite tratamento diferenciado que restrinja direitos em razão da deficiência.
(D) a pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades e à não discriminação, vedada a restrição de direitos em razão da deficiência.

23. Constitui princípio da Política Nacional para a População em Situação de Rua:

(A) condicionar o acesso aos serviços públicos à aceitação do acolhimento institucional.
(B) restringir o acesso da população em situação de rua aos serviços públicos disponíveis à população em geral.
(C) assegurar dignidade e atendimento humanizado e universalizado à população em situação de rua.
(D) utilizar a permanência em espaço público como fundamento para remoção compulsória ao acolhimento.

24. Diante de demandas simultâneas de uma família acompanhada pelo CRAS, a conduta adequada da equipe do SUAS é:

(A) encaminhar cada demanda isoladamente, sem articulação entre os serviços e as políticas envolvidos.
(B) encaminhar a família ao CREAS sempre que houver múltiplas situações de vulnerabilidade.
(C) analisar a realidade familiar de forma integrada e articular as ofertas socioassistenciais e as demais políticas pertinentes, respeitando suas competências.
(D) assumir todas as demandas da família, inclusive aquelas de competência de outras políticas públicas.

25. Em uma unidade de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, a equipe técnica analisa quatro situações relacionadas à organização do atendimento:

I. Em situação de acolhimento emergencial realizado sem estudo diagnóstico prévio, a avaliação da situação deve ser providenciada posteriormente, observando o prazo máximo indicado pelas orientações técnicas nacionais.
II. A elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) é atribuição exclusiva da equipe do Poder Judiciário, cabendo à unidade de acolhimento apenas executar as determinações judiciais.
III. A proporção de educadores/cuidadores deve considerar as necessidades específicas das crianças e dos adolescentes acolhidos, podendo haver redução da proporção de usuários por profissional diante de situações que demandem maior cuidado.
IV. Após a reintegração familiar, o acompanhamento da família deve ser encerrado obrigatoriamente após 3 (três) meses.

Considerando as normativas nacionais aplicáveis aos serviços de acolhimento, a sequência **CORRETA** de cima para baixo é:

(A) V – V – F – F
(B) V – F – V – F
(C) F – V – V – F
(D) F – F – V – V

26. No acompanhamento de uma família pelo PAIF, a equipe identifica que a situação apresentada envolve não apenas dificuldades materiais, mas também fragilização de vínculos, barreiras de acesso a direitos e necessidade de fortalecimento das capacidades protetivas familiares. Nessa situação, o trabalho social com famílias desenvolvido no âmbito do PAIF deve:

(A) concentrar-se exclusivamente na concessão de benefícios e na realização de encaminhamentos administrativos.
(B) ser realizado independentemente da participação e da realidade concreta da família, pois cabe exclusivamente à equipe definir as providências necessárias.
(C) considerar as condições concretas de vida da família e articular ações voltadas à proteção social, ao acesso a direitos, ao fortalecimento de vínculos e às potencialidades familiares.
(D) substituir a atuação das demais políticas públicas quando as demandas apresentadas ultrapassarem o âmbito da Assistência Social.

27. Sobre os conceitos de família utilizados pelo Cadastro Único (CadÚnico) e pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC), assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A composição familiar do Cadastro Único deve ser necessariamente igual à utilizada para o grupo familiar do BPC.
(B) Toda pessoa residente no mesmo domicílio integra automaticamente o grupo familiar considerado para o BPC.
(C) Pessoa sem parentesco pode integrar a família no Cadastro Único, conforme seus critérios, mas não integra o grupo familiar do BPC apenas por residir no domicílio.
(D) A inclusão de pessoa sem parentesco no Cadastro Único impede automaticamente o requerimento ou a manutenção do BPC por integrante do domicílio.

28. Considerando a relação entre o SUAS e o Sistema de Justiça, é tecnicamente **CORRETO** afirmar que:

(A) a requisição judicial pode atribuir à equipe socioassistencial qualquer atividade necessária à responsabilização.
(B) a equipe socioassistencial deve realizar perícia quando a requisição judicial for compatível com sua disponibilidade técnica.
(C) a produção de prova pericial ou a investigação para responsabilização não integra as atribuições próprias do trabalho social do SUAS.
(D) o relatório socioassistencial pode substituir a perícia judicial quando houver requisição para comprovação da autoria.

29. Sobre os registros e o acompanhamento socioassistencial de famílias relacionadas à medida socioeducativa, analise as afirmativas e, em seguida, assinale a alternativa **CORRETA**.

I. O Prontuário do SUAS contribui para o acompanhamento, mas não substitui instrumentos próprios da execução da medida, como o PIA.
II. O encerramento da medida socioeducativa encerra automaticamente o acompanhamento socioassistencial da família.
III. O trabalho social com a família pode continuar após o término da medida, quando permanecerem demandas de proteção social.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

(A) I, apenas.
(B) I e III, apenas.
(C) II e III, apenas.
(D) I, II e III.

30. À luz da legislação vigente em 2026 sobre violência doméstica e familiar contra a mulher, analise as afirmativas e, em seguida, assinale a alternativa **CORRETA**.

I. A utilização de filhos, familiares ou pessoas sob responsabilidade da mulher para atingi-la pode caracterizar violência vicária, incorporada à Lei Maria da Penha pela legislação de 2026.
II. A legislação prevê mecanismos de proteção laboral por até 6 (seis) meses e admite a transferência ou matrícula dos dependentes em instituição de educação básica mais próxima, independentemente da existência de vaga.
III. A monitoração eletrônica do agressor permanece medida facultativa, condicionada à manifestação de vontade da vítima, mesmo diante de risco atual ou iminente.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

(A) I e II, apenas.
(B) I e III, apenas.
(C) II e III, apenas.
(D) I, II e III.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES, INTERVENÇÃO PROFISSIONAL E TRABALHO SOCIAL

31. Considerando as barreiras concretas que dificultam o acesso da família a serviço de outra política pública, a equipe do SUAS deve:

(A) considerar o encaminhamento cumprido após indicar o serviço responsável pelo atendimento.
(B) encerrar a intervenção socioassistencial após realizar o encaminhamento à rede.
(C) analisar as barreiras identificadas e articular alternativas com a rede conforme as condições da família.
(D) assumir diretamente o atendimento que compete ao serviço de outra política pública.

32. Diante de solicitação do Sistema de Justiça para atividade investigativa não atribuída ao serviço socioassistencial, a equipe deve:

(A) cumprir integralmente a solicitação, independentemente das atribuições do serviço socioassistencial.
(B) recusar qualquer interlocução com o Sistema de Justiça, por não integrar a gestão do SUAS.
(C) analisar a finalidade da demanda, responder institucionalmente e preservar as atribuições próprias do trabalho social.
(D) realizar a atividade solicitada e adaptar o documento produzido às necessidades do órgão requisitante.

33. Uma mulher deixou de exercer atividade remunerada para cuidar de uma pessoa idosa dependente da família. Essa mulher relata que não dispõe de rede de apoio e que os demais familiares entendem que a responsabilidade pelo cuidado deve permanecer exclusivamente com ela. À luz da Política Nacional de Cuidados, instituída pela Lei nº 15.069/2024 e regulamentada pelo Decreto nº 12.562/2025, a situação deve ser compreendida como:

(A) questão exclusivamente privada da família, sem relação necessária com políticas públicas.
(B) situação que pode ser analisada a partir do direito ao cuidado e da corresponsabilização social, considerando também a divisão das responsabilidades de cuidado entre homens e mulheres.
(C) situação que deve ser solucionada exclusivamente mediante transferência da responsabilidade para outro familiar.
(D) demanda que somente poderá ser considerada pelas políticas públicas caso a família demonstre incapacidade absoluta de prestar o cuidado.

34. Na atuação do SUAS para acesso ao mercado de trabalho, diante de barreiras sociais e familiares, a equipe deve:

(A) encaminhar os usuários para qualificação profissional, independentemente das barreiras identificadas.
(B) condicionar o acompanhamento à inserção de algum integrante da família no mercado de trabalho.
(C) identificar barreiras e articular oportunidades de trabalho, preservando a função protetiva e as competências do SUAS.
(D) assumir a oferta de emprego e qualificação, substituindo os órgãos responsáveis pelas respectivas políticas.

35. No registro técnico do acompanhamento socioassistencial, devem constar informações:

(A) obtidas durante o atendimento, independentemente de sua pertinência para o acompanhamento realizado.
(B) exclusivamente econômicas, por serem suficientes para caracterizar as vulnerabilidades familiares.
(C) pertinentes à finalidade do acompanhamento, relevantes para a intervenção e compatíveis com as responsabilidades profissionais.
(D) presenciadas diretamente pelo profissional, excluindo informações relatadas pelos usuários ou articuladas pela rede.

36. Para qualificar o planejamento territorial, a equipe do CRAS deve:

(A) concentrar a análise somente nos casos atendidos individualmente pelo serviço.
(B) articular registros de atendimento, dados territoriais e indicadores para analisar vulnerabilidades, riscos, demandas e potencialidades.
(C) utilizar apenas os dados administrativos, sem considerar informações produzidas pelas equipes no território.
(D) priorizar a concessão de benefícios, independentemente das demais demandas identificadas no território.

37. Na elaboração de documento por equipe multiprofissional do CREAS, é **CORRETO** afirmar que:

(A) o trabalho em equipe permite que cada profissional se manifeste sobre qualquer dimensão do caso, havendo consenso entre os integrantes.
(B) a solicitação de órgão externo autoriza conclusões profissionais independentemente das atribuições de cada área.
(C) a construção conjunta não elimina a responsabilidade individual, devendo cada manifestação respeitar competências, limites éticos e legais.
(D) o documento conjunto exige manifestação de todos os profissionais sobre os aspectos discutidos, ainda que fora de suas atribuições.

38. No compartilhamento de informações entre o SUAS e outra política pública, a equipe deve:

(A) encaminhar integralmente o prontuário, pois a atuação em rede permite acesso irrestrito às informações.
(B) impedir qualquer compartilhamento, pois dados pessoais não podem circular entre políticas públicas.
(C) definir a finalidade, compartilhar apenas as informações pertinentes e necessárias e utilizar os canais institucionais adequados.
(D) compartilhar somente informações verbalmente, evitando registros documentais para preservar o sigilo profissional.

39. Um adolescente de 16 anos cumpre medida socioeducativa de liberdade assistida. Durante o acompanhamento, a equipe identifica baixa frequência escolar, fragilização dos vínculos familiares e interesse do adolescente em participar de atividade de qualificação profissional. Considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), analise as afirmativas e, em seguida, assinale a alternativa **CORRETA**.

I. A liberdade assistida envolve acompanhamento, auxílio e orientação do adolescente durante o cumprimento da medida.
II. A execução da medida deve considerar direitos e necessidades do adolescente, podendo envolver articulação com educação, profissionalização, convivência familiar e outras políticas públicas.
III. A atuação da equipe responsável pela medida deve se restringir à fiscalização do cumprimento das determinações judiciais.
IV. O Plano Individual de Atendimento constitui instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da execução da medida socioeducativa.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

(A) I e II, apenas.
(B) I, II e IV, apenas.
(C) II, III e IV, apenas.
(D) I, II, III e IV.

40. No atendimento socioassistencial, a promoção da igualdade étnico-racial exige que a equipe do SUAS:

(A) adote atendimento uniforme para todos os usuários, evitando considerar pertencimento étnico-racial para preservar a igualdade entre os atendimentos.
(B) priorize usuários pertencentes a grupos étnico-raciais historicamente discriminados, independentemente das vulnerabilidades e das necessidades identificadas no atendimento.
(C) reconheça desigualdades e barreiras étnico-raciais que possam produzir desproteção, qualificando a oferta e as estratégias de acompanhamento conforme as necessidades identificadas.
(D) restrinja a abordagem das desigualdades étnico-raciais aos serviços e às ações especificamente destinados à população negra, indígena e a outros grupos racializados.